

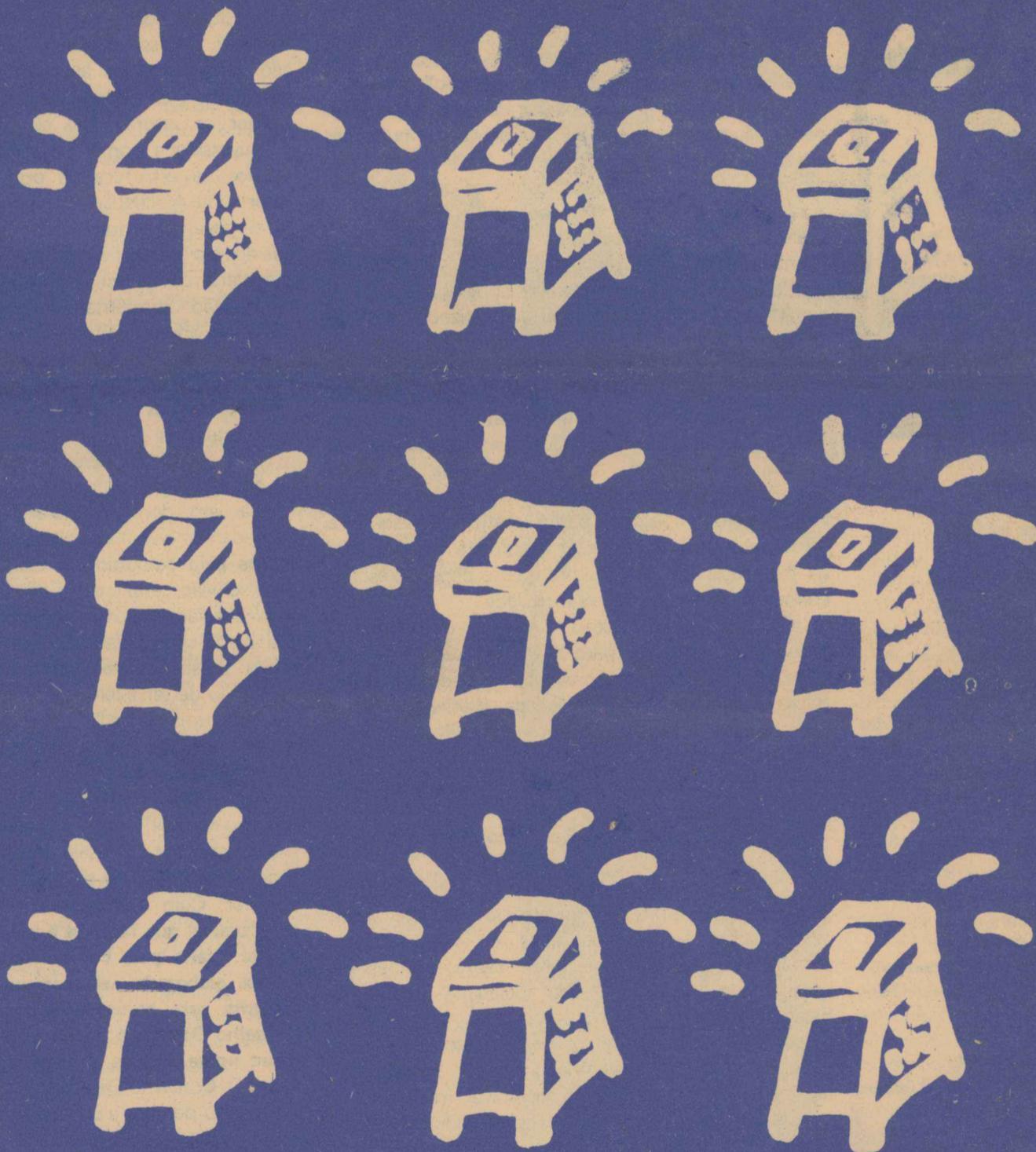
J O R N A L

# adunicamp

ano 5

agosto

85



A ESCOLHA DO REITOR

# EDITORIAL



## EXPEDIENTE

Jornal da ADUNICAMP  
 Órgão Oficial da Associação de  
 Docentes da  
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
 CAMPINAS  
 Cidade Universitária  
 Fone: 39-1148 (0192)  
 Caixa Postal 6.158  
 13.100 - Campinas - SP.

### DIRETORIA:

Renato Atílio Jorge (Presidente)  
 Gastão Wagner de Souza Campos  
 (1o. Vice-Presidente)  
 Carlos Henrique Brito de Souza (2o.  
 Vice-Presidente)  
 Oséas Valente de Avilez Filho (1o.  
 Secretário)  
 Kikyo Yamamoto (2o. Secretário)  
 Mário Ferreira Presser (1o. Tesoureiro)  
 Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues (2o.  
 Tesoureiro)

### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Relton Fracalossi (Reg. n.o. 13.069)

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

HELOISA MORETZSOHN ✕  
 PAULO DE TARSO CV.S

## A ESCOLHA DE REITOR

A escolha de reitor compete à Universidade e a sociedade deve ter meios efetivos de acompanhar e avaliar o seu desempenho.

Como acontece a cada quatro anos reinicia-se o processo de escolha do Reitor na UNICAMP. É um momento importante não só pela escolha em si, mas pelo aprofundamento da discussão e dos debates sobre a Universidade como um todo. E atualmente a importância do evento é potenciada pelo momento político por que passa o país e pelas experiências recentemente vividas. Este é um dos pontos importantes para nos situarmos ao longo do debate: a conjuntura nacional é diferente daquela de 4 anos atrás. Exemplo disso é que hoje, enquanto discutimos o processo de escolha do reitor, vários Ministros, os presidentes do CNPq da CAPES e da FINEP estão presentes na reunião anual da SBPC debatendo com a comunidade científica, enquanto em 1977 o governo militar boicotava a realização da reunião anual. É fato também que existe hoje uma Comissão do Ministério da Educação debatendo propostas para a reestruturação do ensino superior. É certo que para muitos de nós as mudanças desejadas para a Universidade são mais amplas, mas mesmo assim é necessário reconhecer que a conjuntura é outra e é mais favorável às mudanças democráticas na Universidade do que há quatro anos. Também do ponto de vista interno à UNICAMP a situação é outra. Hoje temos Congregações representativas e democráticas institucionalizadas, ao lado de outros avanços institucionais frutos do esforço do movimento docente na UNICAMP.

Neste contexto é que devem ser pensadas as questões básicas e fundamentais relacionadas com a escolha de Reitor: a questão da autonomia e a relação Universidade - Estado-Sociedade. Colocado de outra forma o problema é como garantir a necessária e essencial liberdade para a prática da pesquisa e do ensino sem tornar a Universidade desvinculada da sociedade que a mantém e qual o papel do estado na mediação universidade - sociedade.

Nossa convicção é que a autonomia é necessária e benéfica para a Universidade. Ao lado disto consideramos que o avanço da democratização da Universidade e da sociedade brasileira requer necessariamente que exista uma avaliação do desempenho da Universidade pela sociedade. No contexto relativo à escolha de Reitor esta convicção implica que:

1. a escolha do Reitor **compete** à Universidade;
2. deve haver mecanismos sociais de avaliação do desempenho da Universidade. Naturalmente estes devem ser democráticos e representativos contando necessariamente com representantes da comunidade universitária, da sociedade civil e do Estado.

É fundamental o acoplamento entre estas duas idéias, isto é, a escolha direta e o acompanhamento social. É totalmente inaceitável, irresponsável e prejudicial para o avanço da Universidade e a melhoria de sua qualidade a idéia frequentemente veiculada de que a Universidade é "dona de seu nariz", escolhe seu dirigente e não deve prestar contas a ninguém pelo que faz. Este tipo de armadilha corporativista e tecnocrática tem que ser evitado sempre.

Considerando-se os dois pontos mencionados, o Reitor funcionaria efetivamente como um representante da Universidade junto ao governo. Na prática é exatamente este o papel hoje reservado aos reitores não só na UNICAMP como em várias outras Universidades públicas. Este procedimento é decorrência do fato de que nem o Estado nem a sociedade civil tem um projeto explícito para a Universidade brasileira. Isto tem resultado numa política universitária em geral negligente e casuísta.

Os mecanismos sociais de avaliação são necessários porque é através deles que a Universidade se colocará novos temas e irá evoluir sem criar nas armadilhas dos corporativismo e do isolamento numa torre de marfim. É importante notar que isto não significa que só se vá fazer pesquisa utilitarista, ou trabalhos de interesse social imediato. Não é este o papel primordial da Universidade e esta avaliação deve considerar isto. A organização e a viabilização destes mecanismos de avaliação competem ao governo num estado democrático. É claro que para a criação destes mecanismos a universidade deve ser ouvida, mas fundamentalmente é necessário que o governo tenha a disposição inequívoca de avançar na democratização da sociedade e esteja ao mesmo tempo disposto a enfrentar os setores mais conservadores que desejam a universidade como propriedade de grupos encastelados na estrutura de poder universitária. A diretoria da ADUNICAMP defendeu estas idéias frente ao governo estadual recentemente, quando da discussão em torno da proposta de criação de uma Secretaria para o Ensino Superior e a Pesquisa. Nesta ocasião apresentamos a idéia da constituição de um Conselho Estadual com representantes das Universidades e da sociedade com a finalidade de elaborar e acompanhar a execução de uma política estadual para as universidades e as instituições de pesquisa estaduais.

Uma vez que a escolha de reitor deve ser de competência da universidade, resta definir de que forma isto deve se realizar. Na conjuntura atual entendemos que a escolha deva ser realizada **diretamente pela comunidade**. Esta não é necessariamente uma solução geral e definitiva. Numa situação em que haja colegiados superiores democratizados e representativos da comunidade, o que não ocorre nas universidades brasileiras, existem argumentos ponderáveis, que terão de ser examinados oportunamente no contexto de uma alteração constitucional, que poderiam recomendar uma maior responsabilidade desses órgãos colegiados na escolha.

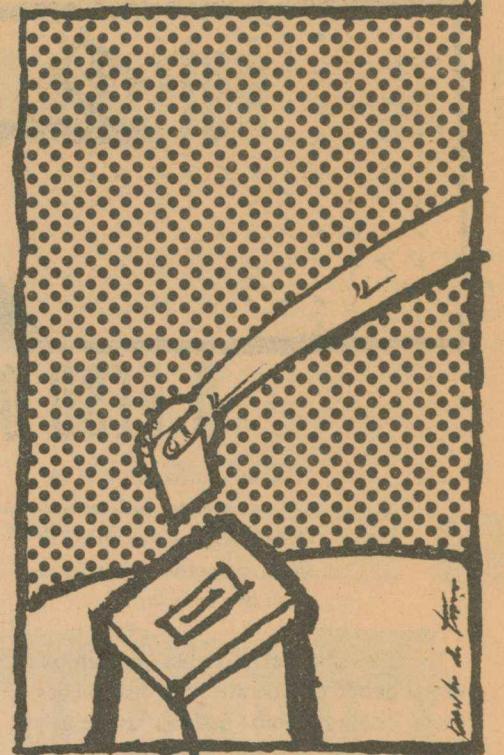
Um problema formal não desprezível no caso da UNICAMP é o de que a atual legislação prevê que o reitor seja escolhido pelo governador a partir de uma lista sêxtupla enviada pelo colegiado superior. Com este condicionamento, a única solução possível **que respeita a idéia de que a escolha deva ser feita pela comunidade universitária, é que a lista elaborada pela comunidade através de uma consulta seja homologada na mesma ordem pelo Conselho Diretor e que o governador escolha o primeiro nome da lista, ou seja, o preferido da comunidade**. O Conselho Diretor da UNICAMP, que tem se legitimado perante a comunidade ao longo do recente processo de institucionalização, teria esta legitimidade reforçada ao confirmar a escolha da comunidade.



Quanto às regras do processo eleitoral verifica-se que há entre os docentes diferentes opiniões sobre aspectos específicos tais como a ponderação do voto por categorias, a titulação mínima dos candidatos, etc. A diretoria da ADUNICAMP considera que, quanto à ponderação do voto, a categoria docente deve ter situação majoritária devido à especificidade de sua função. Neste sentido a ponderação adotada na escolha dos Diretores de Unidades prevista no novo estatuto, com peso 3/5 para os docentes e 1/5 para os funcionários e estudantes, tem se apresentado como uma boa fórmula e deveria ser usada no caso da escolha de reitor. Estas idéias são desenvolvidas em detalhe no artigo **O PESO DO VOTO** neste número do jornal da ADUNICAMP. Quanto à titulação mínima, consideramos que deve ser usado o mesmo critério adotado para o cargo de Diretor de Unidade: titulação mínima de Doutor. Um aspecto interessante da adoção deste critério é o alargamento do espectro dos candidatos possíveis, com a consequente ampliação dos debates e possibilidade de colocação de propostas mais variadas quanto ao futuro da universidade. Esta modificação

da titulação mínima exige no entanto uma mudança estatutária a fim de que não seja dada margem a criação de situações de incompatibilidade jurídica. Para a definição destes pontos a diretoria da ADUNICAMP considera adequado promover uma **ampla consulta a todos os docentes** após o debate sobre estes temas.

Resumindo, consideramos que dois pontos básicos devem ser considerados ao longo de todo o processo: a escolha do reitor diretamente pela universidade e o acompanhamento e avaliação constantes desta por mecanismos sociais representativos. O primeiro ponto daquele mais, e fundamentalmente, da nossa iniciativa enquanto comunidade universitária organizada e competente. O segundo depende fundamentalmente da existência de vontade política do governo estadual para criar, valorizar e viabilizar os mecanismos adequados que acompanharão o desempenho da Universidade. Este é um caminho mais difícil, bem mais complicado do que assinar um decreto nomeando um reitor a cada quatro anos, mas é nesta direção que um governo democrático e democratizante tem que se mover.



A DIRETORIA

## E L E I Ç Ã O e PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

A aproximação do período sucessório à Reitoria da UNICAMP, enseja, para a representação oficial dos funcionários (servidores técnicos e administrativos) desta Universidade, a ASSUC, reflexão de importância fundamental para o balizamento do concurso deste segmento da comunidade universitária no processo eleitoral, objetivando a conquista de resultados concretos no sentido do avanço democrático da participação na vida acadêmica por parte daqueles que contribuem, significativamente, com seu trabalho para o progresso do ensino e da pesquisa na universidade brasileira.

Forçoso é, em primeiro lugar, caracterizar este "pedaço" da sociedade brasileira que está aqui dentro da UNICAMP.

Somos em torno de 4.300 pessoas, consubstanciando um "corte" de estratos médios e baixos da pirâmide social maior, que, como o todo, vive momentos difíceis pela pressão dos baixos salários (60% recebem de 2 a 3 salários mínimos) e da dificuldade de acesso ao Conhecimento, quer pela via dos bancos escolares, quer pela não familiaridade com a riqueza cultural que, bem ou mal, existe bem próxima. Com efeito, vivemos a contradição de estarmos ao lado, mas à margem do saber e da cultura, que constituem a base do exercício do poder dentro da Universidade. A prática elitista, por sua vez, coloca, o mais das vezes, o funcionário numa posição de inferioridade no contexto da "participação" na gestão da instituição.

O reflexo predominante desta situação é o desinteresse, apatia, a "alienação" (a mesma que se verifica no "mercado de trabalho capitalista"), que são um entrave ao desenvolvimento institucional e humano.

Logicamente, que as causas maiores não estão sob o controle da Universidade. Não obstante, é possível minimizar-lhes os efeitos e, em muitos casos, até eliminá-los em nosso "pequeno mundo".

Nesse sentido é que a ASSUC coloca a questão da sucessão à Reitoria como uma fase importante para que se firmem bases novas para uma nova etapa de "progresso democrático".

### OS FUNCIONÁRIOS DESEJAM UM PROGRAMA PARTICIPATIVO

Não queremos um novo "reinado" que estipula posicionamentos autoritários ou despóticos. Queremos uma Reitoria forte pelos compromissos "Cristal - democráticos" assumidos perante os funcionários e toda a comunidade universitária, sufragada pelo voto direto.

Queremos um testemunho e uma prática governativa baseada no estímulo concreto à participação coletiva nos canais decisórios, incentivando o respeito mútuo e a equalização do poder, sem prejuízo dos critérios universais de valorização da dedicação ao trabalho (trabalho com satisfação e não alienado) e da competência, e, de atribuição de deveres e responsabilidades acompanhada por mecanismos de aferição de cumprimento, com os prêmios e sanções.

É que há chegado o momento da institucionalização de um programa político de ação democrática para a área de Recursos Humanos, que ponha fim ao apadrinhamento, aos privilégios, às desigualdades de oportunidade e de tratamento. Um programa que estabeleça, inclusive, a reciprocidade de relações entre docentes e funcionários. Um programa que faça convergir para o debate

e a participação democráticos os rumos da solução dos nossos problemas. Assim, os objetivos maiores do Ensino e da Pesquisa estarão assegurados, pelo menos no que depender do engajamento voluntário dos funcionários.

Como abrir a estrutura à participação?

- 1o. - Promovendo a participação dos funcionários nos órgãos colegiados;
- 2o. - Criando Conselhos Administrativos com poder deliberativo sobre as questões de interesse particular dos funcionários.
- 3o. - Com eleições diretas para os "cargos políticos" da administração superior: Diretores, Coordenadores, em todos os níveis (por exemplo, Coordenador Geral da Administração e Diretor da DGRH), e para Prefeito do "Campus".

Como valorizar o quadro de funcionários da UNICAMP?

- 1o. - Priorizando a luta por melhores salários, quer junto ao Governo Estadual, quer pelo exercício da autonomia da Universidade, através da concessão de aumentos reais de salário por merecimento.
- 2o. - Pondo fim ao empreguismo. Admissão somente por concurso.
- 3o. - Instituído um programa permanente de treinamento, através de cursos e estágios, tanto através da administração centralizada, como dentro das Unidades Universitárias.
- 4o. - Abrindo perspectivas de melhoria do nível de escolaridade dos funcionários, inclusive, criando condições de acesso aos cursos superiores da UNICAMP. O curso noturno deve ser uma prioridade, para os funcionários e para todos os que não podem pagar um curso

Com este conjunto de medidas de participação e valorização, garantir-se-á as condições para assegurar a permanência do bom funcionário na UNICAMP.

Sem timidez e sem medo da democracia, sairemos, como estamos querendo sair, do "atoleiro" da opressão. E ela deve chegar logo e completa. Este é um processo educativo de longo percurso, que precisa ser imediatamente iniciado. Implica, ainda, na eliminação dos "bolsões reacionários" existentes na Universidade, com o afastamento dos protagonistas do autoritarismo e da repressão.

### OS FUNCIONÁRIOS ESTARÃO PRESENTES

Acreditamos no processo de consulta à comunidade para a escolha da nova Reitoria (mais do que um Reitor, precisamos de uma "comunidade reitora"). Acreditamos mais ainda na eleição direta. Em qualquer circunstância lutaremos para que prevaleça a vontade da maioria, expressada pelo voto direto.

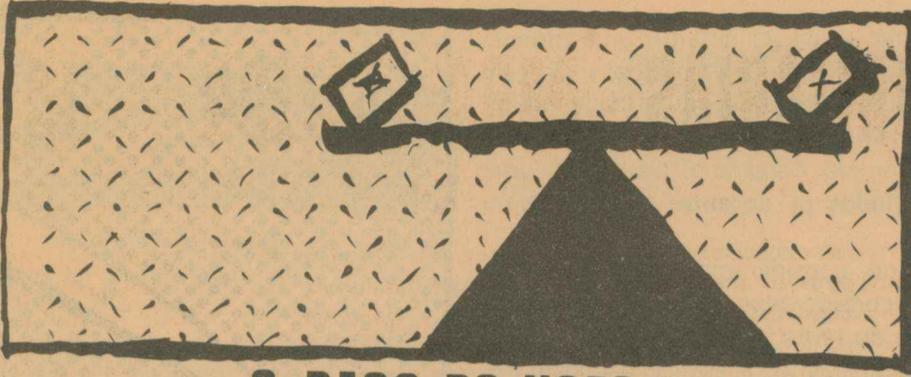
Já temos os nossos princípios de participação e eles serão as nossas bandeiras para a campanha sucessória.

Aguardamos posições democráticas por parte dos atuais dirigentes da Universidade - Conselho Diretor em particular - no encaminhamento do processo eleitoral, sem manobras, acordos ou "conchavos" de cúpula, tão maléficos à causa popular.

Esperamos o surgimento, anterior ao de nomes, de articulações públicas para a elaboração de programas de governo, através de debates amplamente convocados.

E, ainda, mais ansiosos estamos pelo claro reconhecimento do direito de participação.

Nós funcionários, contamos com o início, logo no mês de agosto, dos primeiros debates onde possamos "checar" nossas posições, submetendo-as ao conjunto da comunidade universitária. E que o Conselho Diretor defina, o mais breve possível, o calendário eleitoral, "colocando as candidaturas na rua".



## O PESO DO VOTO

*A democratização e o desenvolvimento da Universidade exigem respeito às suas especificidades, sob pena de perdê-las.*

O exame das questões que envolvem a gestão democrática das instituições deve incluir, como questão principal, o arcabouço institucional que baliza, orienta e condiciona a atuação daqueles que ocupam cargos executivos. Por razões que remontam ao processo histórico de nossa formação como nação, temos hoje instituições que limitam uma participação mais ampla e perene nos mecanismos de decisão, sendo que nos últimos anos o processo de centralização de poder foi por demais exacerbado. A democratização da Universidade deverá envolver portanto, a transcrição em seus Estatutos e Regimentos, de mecanismos democráticos de tomada de decisões acadêmicas.

Tanto por sua história, por sua atual estrutura, como pela conjuntura que atravessamos, as questões que mobilizam maior número de pessoas na Universidade não dizem respeito às regras com as quais se governa, mas quem governa. Sem diminuir a importância das lideranças universitárias, mas vendo um processo que apenas inicia, devermos atingir condições futuras em que o **como** se equilibre com o **quem**. Até lá, entretanto, devemos aproveitar especialmente os momentos sucessórios para refletir sobre a natureza das questões acadêmicas e o significado mais explícito do que chamamos "democratizar" os mecanismos de decisão, ouvindo sobre estas questões aqueles que pleiteiam cargos de direção.

Tomados como pressupostos os objetivos básicos da Universidade, relacionados com o Ensino, a Pesquisa e a Prestação de Serviços à Comunidade, precisamos debater de forma objetiva e democrática (e científica, se possível) questões centrais como: a quem compete decidir o que?

Se pretender aqui definir números, porém com a objetividade que o momento exige, a ADUNICAMP avalia que, as decisões sobre as formas com as quais a Universidade atingirá seus fins dizem respeito **majoritariamente** a docentes. Melhor situando, e sem ignorar ou minimizar os papéis que desempenham estudantes e funcionários, queremos dizer que nossa análise das questões que podemos qualificar como acadêmicas indica que,

além do direito de participação de todos os segmentos, há questões de qualificação técnica e científica que justificam nossa opinião. Neste sentido, estabelecidas democraticamente as diretrizes de desenvolvimento, as áreas prioritárias para Ensino e Pesquisa, enfim as demandas da sociedade com relação à Universidade, cabe definir que pessoas, no interior desta, são as principais responsáveis por sua execução. A quem cabe finalmente a responsabilidade pelo bom nível do Ensino, pela Pesquisa consequente e pela Prestação de Serviços de interesse social, no seu sentido amplo. Vemos que a maior carga de responsabilidades, e portanto de delegação de poderes, repousa sobre o corpo docente. Não podemos confundir enquanto tanto cidadãos, que nos reserva o direito do questionamento e da cobrança, do papel que assumimos enquanto profissionais, com funções e atribuições específicas.

Nas questões "eleitorais", que importam em participação na escolha de docentes para os cargos acadêmicos, e que envolvem requisitos de outra natureza como representatividade de quem escolhe, ainda nestas questões, vemos que deve caber maior peso à opinião dos docentes. A nosso juízo, isto será tão mais acertado quanto mais democráticos forem os critérios de escolha, as atribuições e a composição dos órgãos colegiados nos diversos níveis da Universidade.

Esta nossa posição, enquanto Diretoria da ADUNICAMP, sem dúvida implica em aceitar o debate aberto sobre uma questão controversa. Achamos, entretanto, que embora seja necessário transpor para o interior das instituições direitos advindos da ampliação do exercício da cidadania, este processo não deve ignorar especificidades, sob o risco de perdê-las. No nosso caso, entendemos ser equivocado pensar a Universidade como microcosmo da sociedade, no sentido de que o que convém a uma determinada de forma estrita o funcionamento da outra. Este caminho reduz e simplifica questões cujo debate precisa ser aprofundado, e é neste sentido que a ADUNICAMP pretende contribuir. Quanto às soluções numéricas que quantifiquem a participação de cada categoria, nos basearemos sempre na opinião da maioria dos docentes. Em especial com relação à eleição de Reitor, estamos elaborando uma consulta envolvendo os vários aspectos do processo eleitoral.

*Penso já*

**POR DIRETAS  
PARA REITOR !!**

Os movimentos por eleições diretas para Reitor até hoje não conseguiram ser vitoriosos na UNICAMP, mas ao menos um importante fruto todos eles tiveram: a integração, ao menos momentânea, suscitada entre os componentes da comunidade universitária, professores, alunos e funcionários.

Este ano isso já começa a se repetir, com representantes da ADUNICAMP, DCE, ASSUC, APG-UNICAMP, começando de forma muito saudável e infelizmente rara, a se sentar em torno da mesa de discussões com mais frequência, motivadas que estão todas as categorias universitárias a desta vez conseguir eleger diretamente nosso próximo Reitor, que substituirá o atual em abril de 1.986.

Se esta união por si só já representa um fato muito relevante e deveria ocorrer com assiduidade, neste momento ela se reveste de caráter essencial. Certo é que, se professores, funcionários e alunos não se unirem em torno do desejo de eleger nosso reitor, e não se mobilizarem pessoalmente para tal, correremos o risco de como em 1981, sermos marginalizados do processo sucessório, cuja discussão então novamente se dará só entre as cúpulas dirigentes da UNICAMP. Sim, cúpulas! Porque não se pode considerar representativo o atual Conselho Diretor a quem cabe por lei a elaboração de lista sêxtupla a ser enviada ao Governador. Não é representativo da sociedade, que mantém a Universidade. E não é representativo da comunidade universitária, pois entre outras falhas, ainda possui membros que não foram escolhidos através do voto por seus pares e nem mesmo contém representação dos funcionários da Universidade.

Enquanto tal órgão se democratizar e se tornar representativo (comotidamente já começa a ocorrer na estrutura das congregações) não podemos nem aceitar a discussão da validade de argumentos contra as eleições diretas. Continuamos, como foi decidido em reunião dos Centros Acadêmicos da Unicamp, na luta já histórica da Universidade Brasileira, por eleição direta para o cargo de Reitor.

Eleição esta que permitirá a ampla discussão, pela comunidade universitária de uma redefinição dos rumos da Universidade, que obrigará os candidatos ao cargo, a assumirem publicamente suas candidaturas, a definirem suas posições programáticas quanto aos problemas mais prementes da vida universitária,

e finalmente a se comprometerem com os anseios da maioria da comunidade da UNICAMP.

É óbvio que apenas a eleição direta do Reitor não garantirá a descentralização administrativa tão desejado pelas Unidades Universitárias, nem a discussão ampla de todas as decisões de grande importância para a vida da UNICAMP, nem a melhoria das condições ainda precárias de ensino e pesquisa.

Sabemos que, para tal ocorrer, necessário se faz a participação constante da comunidade universitária na administração da Universidade, consubstanciada no apoio ou na crítica atenta e conscienciosa a cada ato de nossos dirigentes, na institucionalização de um Conselho Universitário democrático, com uma composição que o torne realmente representativo da sociedade e da comunidade universitária e com atribuições que o transformem realmente no fórum máximo de discussão e deliberação de todos os temas importantes para os destinos da Universidade.

O Reitor, mesmo que eleito diretamente, não pode tomar (como tem ocorrido) para sua pessoa a responsabilidade de decidir sobre os temas de maior importância. Para tal haverá o Conselho Universitário.

E finalmente a melhoria de nossa Universidade passa pelo acontecer de uma profunda, bem discutida e assumida Reforma Universitária Nacional.

Tenhamos certeza: a eleição direta não é a panacéia para solucionar os males da Universidade, mas sem dúvida é um importante passo no sentido de saná-los, já que neste caso passaremos ter no Reitor não um adversário, mas um aliado comprometido com os anseios da sociedade e da Universidade em se auto-superior.

Resta-nos a opção por ser feita: vale nosso sacrifício pessoal lutar por ela? Vale a pena arrumar um espaço em meio a nossas preocupações e afazeres, para a sua reflexão e discussão?

Se tal luta merece nosso aval e participação já é tempo de fazê-lo. Se não lutarmos unidos desde já para participarmos efetivamente do processo eleitoral e não pressionarmos nossos representantes no C.D., podemos estar certos que o egrégio órgão máximo da UNICAMP não nos dará este prazos...

A decisão é de cada um de nós. Vamos a ela com urgência!!!

# ELEIÇÕES DIRETAS E PARITÁRIAS PARA REITOR, JÁ!

Fora da universidade, na sociedade, costuma-se descobrir de repente que o "rei está nu", e num lampejo de consciência costuma-se descobrir também que o "rei esteve nu", por muito tempo. Mesmo antigos súditos e beneficiários do rei enchem-se de pudor diante do rei nu. Dentro da universidade, a sociedade costuma reproduzir-se: à descoberta do rei nu é comum seguir-se também a contagiante consciência de que o rei esteve nu por muito tempo, no silêncio da cumplicidade de todos.

Na universidade, o nosso rei é o reitor. Não é a figura do reitor que queremos discutir, mas o cargo de reitor. Na véspera de abertura do processo de escolha da próxima personalidade a ocupar o cargo de reitor a comunidade recomeça a agitar-se com a consciência de que esse processo de escolha tem vícios de origem, que é autoritário e que essa situação, embora periodicamente contestada, é antiga. A sociedade repete-se na universidade e, agora, estamos diante de uma oportunidade de aprofundar de maneira positiva estes vínculos entre a sociedade e a universidade. De fato, em um momento em que a sociedade toda enfrenta uma partida decisiva de democratização, esses mesmos anseios repercutem positivamente na comunidade universitária e tornam-se capazes de mobilizar as mais insuspeitas e combativas intenções democratizantes.

A tarefa que se impõe para toda a comunidade, e em especial para suas entidades representativas, é a de conferir um sentido, prático e efetivo a essas intenções democratizantes. Essa tarefa é urgente, e seu primeiro passo consiste em promover discussões em torno de propostas sobre como atingir o objetivo de instituir procedimentos democráticos, na universidade, sejam eles na atividade-fim da universidade que é o ensino e a pesquisa, sejam eles nas atividades meios que incluem a administração e a manutenção do dia a dia do funcionamento da universidade.

Os laços entre a universidade e a sociedade são de várias ordens, mas fixemo-nos em dois: (1) a universidade é um serviço público, ou seja, pago com o dinheiro do contribuinte, e (2) a universidade cumpre funções de formação de pessoal qualificado destinado a suprir demandas criadas pela sociedade. Não é supérfluo dizer isto, uma vez que nossa memória nunca se revelou muito forte. Ora, se a sociedade quer democratizar-se, a universidade não pode e não deve constituir um obstáculo a esses anseios, mas, pelo contrário, deve assumir sua cota de responsabilidade participando do esforço geral de democratização e, principalmente, democratizando-se internamente.

Choca o paradoxo em que vive a universidade brasileira, que ao lado de

dar ressonância aos mais avançados apelos democráticos permanece mergulhada em estruturas tão arcaicas e antidemocráticas como as que temos até hoje. Deixando de lado temporariamente a relação autoritária entre professores e alunos, entre administração e funcionários e as arbitrariedades da burocracia, é preocupante a estrutura de poder instituída regimentalmente que dispõe sobre como são ocupados os cargos da hierarquia que administra a universidade. No topo dessa hierarquia está o cargo de reitor, que é o principal pois é ele que responde pela irrigação de verbas e decisões gerais sobre toda a universidade. No caso da UNICAMP, a prática de ocupação do cargo de reitor tem sido a de escolher um nome através de escusas composições de interesses de pequenos grupos que se beneficiam de relações e agenciamentos junto ao governo do Estado.

Ora, no momento, quando inclusive temos a sorte de ter um governo estadual que se diz democrático, temos uma excelente ocasião para conquistar o direito da autonomia universitária que garanta que a comunidade autodetermine-se quanto à escolha de seus representantes e dirigentes, e quanto ao cumprimento de seus objetivos e deveres frente à sociedade da qual é parte.

A melhor maneira de assegurar que a comunidade autodetermine-se é garantindo que todos os seus segmentos participem dos processos de decisão, e de escolha daqueles que têm a responsabilidade de executá-las. Defendemos que o cargo de reitor seja ocupado por alguém comprometido com programas discutidos com toda a comunidade, definindo objetivos e políticas administrativas a serem empreendidas. Por isso, defendemos eleições diretas para reitor, é para todos os cargos executivos da universidade, na base de programas discutidos e votados por todos. Essa é a melhor maneira de expurgar os acordos de bastidores e manobras continuíscas que têm caracterizado a sucessão de reitor na UNICAMP. Se eleição direta é boa para a sociedade brasileira inteira, não podemos duvidar que não seja boa para a UNICAMP. Se a sociedade inteira está ansiosa por discutir, eia própria, a solução e o encaminhamento dos seus problemas, nós, da universidade, não podemos ficar à margem e deixar que prepostos decidam não somente sobre nosso dia a dia no campus, mas também sobre a qualidade do serviço público que prestamos à sociedade.

Como a universidade é composta de categorias distintas por seu vínculo e por seu trabalho dentro do campus, defendemos que as eleições sejam diretas e paritárias. Atualmente temos cerca de 3500 funcionários, 1500 professores e 9000 estudantes, dos quais 3000

são estudantes de pós-graduação. A representação paritária de cada uma dessas categorias é a melhor maneira de fazer valer na tomada de decisões o mesmo grau de interdependência em que cotidianamente se sustenta a vida da universidade.

E não podemos hesitar muito.

Devemos discutir, debater e encontrar soluções técnicas viáveis para nossas propostas. Mas, nossas eleições diretas e paritárias para reitor só serão efetivas se forem JÁ. É isto o que a APG-UNICAMP defende: se quisermos, poderemos eleger o próximo reitor por eleições diretas e paritárias.

Associação de Pós-Graduação - UNICAMP  
APG - UNICAMP

## DIRETAS NA ACADEMIA

Com a chegada do último ano do atual mandato de Reitor, ressurge na comunidade universitária o sempiterno problema da sucessão. É uma saudável inquietação, que deve ser livremente veiculada, e nunca sopitada nem contemporizada. De todas as crises, as sucessórias são as mais benignas. Além de definir e redefinir os rumos da instituição, elas representam para o seu organismo, como as vacinas no organismo humano, um pequeno desconforto destinado justamente a evitar comoções maiores no futuro.

Para que exerça sua função imunológica, entretanto, é necessário que a crise sucessória se resolva com a participação de todos, seja diretamente, seja através de processo indireto que tenha a aceitação generalizada da comunidade. Não há nada de conceitualmente errado nos processos indiretos para o preenchimento de cargos executivos como o de Reitor, desde que resultem da vontade livre do povo em confiar o seu poder a instituições democráticas.

Ocorre, porém, que essa vontade não existe hoje, e por um motivo simples: as instituições estão sob suspeita. É natural que assim estejam, pois acabamos de viver um período prolongado durante o qual, numa infame e surrealista inversão de papéis, a cidadania é quem esteve sob suspeita! Como confiar nas instituições herdadas desse tempo inglório?

Esses motivos me levam hoje a ser circunstancialmente favorável à escolha do Reitor através de uma lista eleita diretamente pela comunidade. Essa posição tem mais a ver com o atual momento de transição que com princípios universais e eternos, mesmo porque a nossa eternidade não começou ainda. A Constituição de 87, esperamos, há de ser o marco zero da construção de instituições genuinamente democráticas no País. Até então, só nos resta praticar uma democracia explícita, direta, antes que as ervas daninhas comecem

a encobrir e perpetuar o chamado "entulho" sobre o terreno ainda inculto do novo regime. Entreguemo-nos pois a uma discussão prospectiva da Universidade e do País, com especial atenção para os próximos anos, com vistas ao processo sucessório. Toda politização é pouca nesta hora.

Não vai nesta posição qualquer despreço ao nosso Egrégio Conselho Diretor, que tanto tem contribuído para o nosso aprimoramento institucional, e ao qual me orgulha pertencer. Longe de diminuí-lo, a eleição comunitária deverá preservá-lo. O Conselho só se engrandecerá se souber anuir à vontade expressa pela comunidade em eleição amplamente participativa. Espero e confio na clarividência dos nossos conselheiros.

A moderna universidade democrática só pode se realizar se o fizer em duas dimensões absolutamente necessárias: a dimensão acadêmica e a dimensão pública. Se faltar a dimensão acadêmica, a Universidade nada terá para oferecer à sociedade que não possa ser fornecido por outras entidades de serviço. Se faltar a dimensão pública, a Universidade pode até ter muito a oferecer, mas não oferece, sonega o seu potencial criativo, e se põe à margem.

Para garantir esse duplo compromisso, é necessário que tanto a esfera pública como a esfera acadêmica participem da escolha do Reitor. Pelo lado público, a circunstância atual é auspiciosa: pela primeira vez na história da UNICAMP, teremos a participação de um governador eleito pelo voto popular. Ao mesmo tempo em que legitima a decisão governamental, o voto popular lhe impõe por sua vez o dever da transparência. Em outras palavras, se o governador não escolher o primeiro nome da lista, ficamos com a obrigação de acatar-lhe a decisão, mas teremos o direito de conhecer as razões que a determinarem



DIRETAS NA ACADEMIA

## REITORIA: ELEIÇÃO DIRETA E VOTO IGUAL

Pelo lado acadêmico, a questão do poder aparece entrelaçada com a do saber, criando algumas dificuldades ideológicas para entender o que é democracia dentro da Universidade. Longe de justificar o confinamento desta discussão, essas dificuldades são um motivo a mais para incentivar a participação de todos na definição dos rumos e do perfil da Academia. É essencial portanto que a eleição do Reitor obedeça a regras consensuais, aceitas por todos os segmentos da comunidade acadêmica. Nada menos que isso serve, pois qualquer desacordo interno será um flanco aberto para a intervenção. Cabe às três Associações (ADUNICAMP, ASSUC e DCE) articular a comunidade para definir a justa medida das coisas, que naturalmente há de ser uma projeção dos seus valores culturais. Se esses valores não fossem férteis, não teriam produzido uma Universidade tão conceituada.

O novo Reitor deverá coordenar e representar a Universidade num momento transcendente da vida política brasileira. Durante a reconstitucionalização do País, é certo que o papel da Universidade será pensado e repensado. A figura do Reitor da UNICAMP, particularmente se respaldada por uma eleição comunitária, há de ser um interlocutor especialmente autorizado nesta discussão.

A transcendência dos temas políticos que habitarão a agenda do Reitor não diminui a importância das questões internas, acadêmicas e administrativas, que afetam o nosso cotidiano, e em cuja solução o Reitor tem papel fundamental. Pelo contrário, essas questões estão geralmente acopladas à questão política. Refiro-me, por exemplo, aos salários aviltantes de funcionários e professores; ao desconforto e desgastes representados pelos transportes de estudantes; ao inexplicável (ou, pior ainda, explicável) alheamento da Universidade em relação ao problema da moradia estudantil; à rigidez do nosso ensino de graduação, seja na oferta de vagas e horários, seja no conteúdo curricular e nas metodologias; à enorme evasão resultante; à dependência excessiva da nossa pós-graduação em relação aos convênios com agências externas, cujo horizonte conceitual nem sempre é compatível com o espaço ou as necessidades dos programas acadêmicos; à pobreza do acervo bibliográfico; à crescente obsolescência dos equipamentos; à inaceitável primazia do controle burocrático; à necessidade de mantermos e soerguermos a postura crítica e os padrões éticos inerentes à atividade acadêmica; etc.

A crise sucessória é uma excelente oportunidade para discutir e encaminhar essas questões. Não devemos desperdiçá-la.

Para se avançar na luta pela democratização da Universidade, é necessário que defendamos a eleição direta, com base no sufrágio universal e igual, para a escolha do novo reitor. Eleição direta por dizer eleição mesmo: nada de mera consulta eleitoral para a elaboração de lista, que seria entregue ao governo do Estado, a quem caberia a última palavra na questão da sucessão. Sufrágio universal e igual significa que votam todos - estudantes, professores e funcionários - e que vale o princípio "cada cabeça, um voto"; nada de voto plural ou de qualidade, com o voto do professor valendo mais do que o voto do estudante e do funcionário. A proposta de uma simples consulta eleitoral e a defesa do voto plural são antidemocráticas, apresentam incongruências reveladoras e fundamentam-se em pressupostos indefensáveis.



Aqueles que defendem a consulta eleitoral para a elaboração de lista a ser submetida ao governador, costumam avançar um argumento que se pretende democrático. Afirmam que a intervenção do governo do Estado na escolha do reitor é legítima porque o mandato de governador apóia-se em milhões de votos ou, de qualquer modo, na maioria da população que o conduziu ao cargo. Autoritário, dizem, seria alguns milhares de funcionários, professores e estudantes decidirem, sozinhos, sobre uma questão que diz respeito aos milhões de pessoas que compõem a população: a questão da gestão das universidades.

Se observarmos bem, veremos que sequer os defensores dessa tese costumam levá-la muito a sério. De fato, se tirassem as consequências necessárias de sua argumentação, baseada na contraposição da autoridade do governo, que representaria a maioria da população, à vontade da minoria que trabalha ou estuda na universidade, deveriam ser contra, inclusive, à própria consulta eleitoral e postular a total independência do governo do Estado para a escolha do reitor. O fato dos defensores da consulta eleitoral não chegarem a tanto sugere que essa argumentação é mais a justificativa de uma posição cujas verdadeiras bases permanecem - independentemente das intenções de cada um - ocultas.

E como justificativa essa argumentação não convence. Ela supõe, de um lado, que as eleições de 1982 foram plenamente democráticas e, de outro lado, que os milhões de eleitores que depositaram o seu voto no atual governo participam, regularmente e em igualdade de condições, da elaboração das decisões governamentais. Esses dois pressupostos são falsos. Os atuais governos estaduais foram constituídos num processo eleitoral no qual havia nem liberdade de organização partidária e nem liberdade de propaganda eleitoral, e que, de quebra, realizou-se sob o signo do famigerado pacote eleitoral de novembro de 1981. Quanto ao processo de tomada de decisões nos governos estaduais, ele tem assegurado a influência incontestável de uma minoria, em detrimento da maioria da população que foi quem elegeu esses governos. Daí a impossibilidade da grande massa de eleitores garantir, sequer, a aplicação da plataforma que os atuais governantes defenderam em suas campanhas eleitorais - e nós, funcionários públicos, sabemos muito bem o que isso significa.

Entregar ao governo a possibilidade de dar a última palavra na escolha do reitor, equivale a entregar a uma minoria da população, que é quem realmente tem voz ativa no governo do Estado, a capacidade de escolher, de acordo com os seus interesses, os reitores das universidades paulistas. Ao contrário, com a eleição direta para reitor, no lugar de um jogo de pressões oculto e excludente, teríamos um processo aberto e massivo, no qual o efetivo poder de decisão dos eleitores e a livre confrontação de posições de programas assegurariam um salto à frente na democratização da universidade.



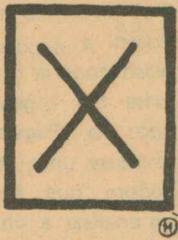
A defesa do voto plural, que abandona o princípio "cada cabeça, um voto" para atribuir um peso maior ao voto do professor, procura sustentar-se num argumento tecnocrático, que mal disfarça a sua inspiração autoritária. Afirmam-se que o professor está, graças à sua formação científica, mais capacitado do que o estudante e do que o funcionário para definir os rumos que devem tomar aqueles que saíram as três atividades básicas da universidade: pesquisa, docência e prestação de serviços à "comunidade". Ou seja, os direitos políticos, na universidade, deveriam ser função do conhecimento científico.

Se fossem consequentes com as suas próprias colocações, os defensores dessa tese deveriam pleitear a não intromissão do governo do Estado na escolha do novo reitor, já que o que se advoga aqui é a autoridade do saber científico e não a autoridade baseada no voto popular. Não deveriam, tampouco, considerar cada um dos três "corpos" - estudantes, professores e funcionários - como blocos homogêneos. Há diferenças entre o saber acumulado por um professor iniciante e por um pesquisador com muitos anos de carreira. Em suma, a coerência exigiria, de um lado, a defesa da exclusão do governo do Estado do processo sucessório e, de outro lado, a defesa da implantação de um voto com peso menor para os professores em início de carreira, com peso menor ainda para os funcionários não graduados e assim sucessivamente.



O pressuposto fundamental da defesa do voto plural com base no argumento tecnocrático é o de que as decisões de política universitária são decisões técnicas. Daí a conclusão de que quem tem mais formação técnica e científica deve ter mais direitos e mais poder. Ora, esse pressuposto é falso. Vejamos as alegadas três funções da universidade. A chamada prestação de serviços à "comunidade" não é uma questão técnica, isto é, socialmente neutra. A suposta comunidade está dividida em setores sociais que possuem interesses contraditórios. Decidir se a universidade vai prestar serviços à indústria armamentista ou aos operários em greve, aos camponeses ou aos grandes projetos agropecuários, ou mesmo se ela deve prestar serviços é uma decisão política. O mesmo raciocínio aplica-se à pesquisa e à docência: dar aula e fazer pesquisa é uma coisa, definir uma política de pesquisa ou uma política para os cursos de graduação - quais cursos priorizar, quais currículos implementar etc. - é outra coisa bem diferente.

Se as decisões são políticas, estamos diante de um conflito de interesses. A proposta de voto plural é adequada à defesa dos interesses de uma minoria. O sufrágio universal e igual, ao contrário, favorece a luta para que a maioria da população tenha os seus interesses contemplados na gestão da universidade.



# A ESCOLHA DO PRÓXIMO REITOR DA UNICAMP

UM ALERTA À COMUNIDADE

Em 1981 foi realizada uma ampla consulta às bases comunitárias da UNICAMP, visando a indicação de uma lista sêxtupla para a escolha de Reitor. Fui o 2o. colocado naquela lista, perdendo de apenas 6 % de votos do 1o. colocado, o professor Paulo Freire, figura transcendente e de enorme prestígio nacional e internacional. Esse respaldo comunitário me dá suficiente autoridade para tecer algumas considerações relativas a escolha do próximo Reitor, iniciando com um alerta para que a Comunidade Universitária não se deixe lograr mais uma vez pelos falsos democratas que medram pelo Campus, e não se deixe usar como massa de manobra política como o foi naquela oportunidade.

Todos lembramos que, apesar de generosas promessas e compromissos publicamente colocados, membros do Conselho Diretor e pretensos "líderes representativos" da Comunidade, ignoraram as indicações da Comunidade e conchavaram mesquinamente votos e acordos às vésperas da votação de uma nova lista sêxtupla "oficial". Os desdobramentos dessa atitude deplorável são mais do que notórios, destacando-se o arrefecimento da politização do Campus, notadamente a desativação das Assembléias Gerais das Unidades Universitárias, inclusive a da FEC por nós tão duramente conquistada.

Naquela oportunidade, a culpa pelo comportamento antidemocrático do Conselho Diretor foi imputada ao então governador Maluf e a um suposto "grupo malufista" que estaria entrincheirado na UNICAMP. Alguns analistas de plantão, em particular aqueles ligados ao chamado "grupo dos economistas", alegavam que as lideranças políticas do Campus tiveram que reavaliar "objetivamente" o momento político para fazer frente aos malufistas.

Estes e outros argumentos fantasiosos e tolos sempre buscaram encobrir comportamentos totalitários, de líderes sem respaldo eleitoral, e disfarçá-los perante a Comunidade que acabavam de trair pela ávida busca de cargos e de poder imediato, o que hoje pode ser verificado pelo mais desatento dos observadores. O mais irônico de tudo isso é que a situação atualmente reinante na UNICAMP é fruto de uma decisão final do Maluf.

A bem da justiça quero preservar a figura do atual Reitor, Dr. José A. Pinotti, que publicamente não se comprometeu com a lista da Comunidade, mantendo sempre um comportamento

político transparente e coerente.

Desta feita, qual será a argumentação desculpadora? Por acaso algum "grupo montonista" infiltrado no Campus? Impossível, já que os atuais governantes se intitulam de **Governo Democrático** do Estado de São Paulo, tendo inclusive liderado as recentes campanhas de democratização nacional. Portanto, este governo estadual não poderá deixar de apoiar e até mesmo de estimular as **DIRETAS JÁ** e a **DEMOCRACIA JÁ TAMBÉM** dentro das universidades estaduais.

Aliás, é lamentável que o PMDB, depois de quase três anos no governo, não tenha ainda atuado no sentido de reestruturar as três Universidades Estaduais tornando-as mais democráticas e concedendo-lhes a autonomia de que tanto necessitam. Até mesmo o atual Governo Federal, de extração notoriamente conservadora (ex-PDS, ex-UDN, etc.), já está propondo Eleições Diretas nas Universidades Federais.

No caso da UNICAMP não há mais escapatória. Eleições Diretas para Reitor **JÁ**, com participação de toda a Comunidade. Ao Conselho Diretor restará apenas a homologação e a oficialização das decisões da Comunidade. Ao Governo caberá a postura democrática de respeitar os resultados que lhe chegarem às mãos.

Lembremos que o cargo de Reitor é fundamentalmente político. Por isso, só um Reitor eleito pela Comunidade terá condições de implantar as reformas tão reclamadas por todos, como, por exemplo, a descentralização administrativa e orçamentária, a valorização acadêmica do professor, a modernização dos currículos de graduação, a justiça salarial para os funcionários, a integração efetiva alunos - funcionários - professores, dentre inúmeras outras providências.

É necessário, portanto, que a Comunidade Universitária se mantenha mobilizada para evitar que manobras diversionistas e oportunistas sejam empregadas como em 1981.

Por enquanto fica este alerta preliminar. Pretendo continuar atento e ocupar continuamente este espaço de divulgação, se a ADUNICAMP assim o permitir, para tratar dos seguintes tópicos:

- A composição de Forças Políticas no Campus e a Eleição Direta para Reitor.
- A participação do Conselho Diretor na escolha do Reitor e a elaboração da Lista Sêxtupla "Oficial".
- A postura esperada do Governo Montonista na escolha do próximo Reitor.

notas

## ELEIÇÕES NA ADUNICAMP

Em reunião do Conselho de Representantes em 8 de julho ficou acertado o seguinte calendário para o processo de eleição da Diretoria e do Conselho de Representantes:

\* Inscrição de chapas e candidatos ao Conselho de Representantes:  
26 de agosto a 13 de setembro

\* Eleições para Diretoria e Conselho:  
25 e 26 de setembro

\* Assembléia Geral Ordinária: 9 de setembro

\* Posse da Diretoria e do Conselho:  
30 de setembro

## 35ª CONFERÊNCIA PUGWASH



Do dia 3 ao dia 8 de julho foi realizada em Campinas a 35ª Conferência Pugwash sobre a Ciência e os Problemas Mundiais com a participação de uma centena de cientistas e personalidades relevantes de 36 países do mundo todo, para debater o tema "CONFLITOS LESTE-OESTE E O TERCEIRO MUNDO: INTER-RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A PAZ". Foram dias de intensos trabalhos, de análises aprofundadas e apaixonados debates, que concluíram com a elaboração de um importante Documento que reflete a visão desta Conferência Pugwash sobre o momento atual, indicando também um conjunto de recomendações e as medidas práticas a serem adotadas.

As Conferências Pugwash foram o resultado do Manifesto de Bertrand Russell Albert Einstein de 1955 convocando a cientistas de todas as posições políticas a se reunirem para encontrar formas de eliminar o perigo de uma guerra nuclear. Desde a 1o. Conferência em 1957 foram realizadas mais de 100 Conferências, Simpósios e "Workshops" com a participação de cerca de 2000 cientistas naturais e diversos especialistas, em encontros fechados e uma atmosfera de discussões livres e informais. As conclusões tem sido transmitidas aos altos níveis governamentais, às Nações Unidas,



e aos líderes da comunidade científica mundial, assim como ao público.

Os debates nos encontros do Pugwash tem tido, com frequência, influência direta, e às vezes crucial, na negociação dos acordos sobre controle de armas, tais como o Tratado para a Proibição de Testes Nucleares de 1963; o Tratado da Não Proliferação Nuclear (TNP) de 1968; a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Biológicas de 1972; e o Acordo Anti - Mísseis Balísticos (ABM) de 1972. Pugwash tem contribuído também no "trabalho sub-terrâneo" que levou às Conversações sobre Limitação de Armas Estratégicas (acordo SALT), à Conferência sobre Segurança e Cooperação na EUROPA (CSCE), e às conversações sobre Redução Mutuamente Balanceada das Forças (MBFR).

O fato desta 35ª Conferência ter sido realizada no Brasil (a 2ª vez na América Latina depois do México em 1979), é expressivo do interesse dos cientistas do mundo todo pelos problemas do Terceiro Mundo, da América Latina em particular. Assim, finalizada a 35ª Conferência, foi realizada, nos dias 9 e 10 de julho, uma Reunião de Trabalho ("workshop") de um grupo mais reduzido sobre o tema "Segurança, Prevenção e Controle das Crises na América Latina".

Produto desse "workshop" foi o documento que é transcrito a seguir.

## "CONTRÔLE DAS CRISES NA AMÉRICA LATINA"

### "I. Panorama Geral

1. O encontro começou com um breve resumo dos esforços prévios do Pugwash na área de controle das crises, focalizando o Workshop do Pugwash Internacional de Dezembro de 1978 e o trabalho do grupo Pugwash Pan Africano no ano passado.
2. Após uma breve discussão das semelhanças e diferenças entre as problemáticas Africana e Latinoamericana, o grupo traçou uma visão geral da situação Latinoamericana, e fez uma discussão em torno ao que Pugwash pode fazer para melhorá-la. Uma ênfase especial foi dada ao desenvolvimento assimétrico nas relações econômicas Norte-Sul, ao problema da dívida externa, e ao perigo de uma intervenção norteamericana como elementos da crise. Foram mencionadas também como fonte dos problemas regionais as contradições sociais internas nas sociedades latinoamericanas. Foi indicada a existência de limitações estruturais na OEA no seu papel como instrumento de controle das crises. O grupo enfatizou que Pugwash pode, através da reunião de renomados cientistas da região, fazer uma contribuição importante ao controle da crise regional.



### II. O Pugwash Latinoamericano

1. Foram debatidas a necessidade e a oportunidade de um grupo Pugwash Latinoamericano. A existência do mesmo permitiria uma maior participação da comunidade científica e intelectual latinoamericana nos trabalhos do Pugwash.

Permitiria também, ao mesmo tempo, uma participação mais efetiva do movimento Pugwash na solução dos problemas da América Latina.

A agenda do Pugwash Latinoamericano incluiria, em particular, a questão da América Central como um item permanente.

A existência do Pugwash Latinoamericano facilitaria, na opinião do grupo, uma compreensão mais aprimorada das relações existentes entre a questão do desenvolvimento, a questão Norte-Sul e a questão mais ampla da paz mundial.

2. A existência de um Pugwash Latinoamericano é consistente com a formação de grupos Pugwash nacionais, esperando-se que os fortaleça.

3. Os procedimentos do Pugwash Latinoamericano seriam determinados em acordo com as tradições do Pugwash Internacional, baseados na confiança mútua, com ênfase na informalidade, na flexibilidade e na factibilidade.

4. Foi decidido que o melhor ponto de partida é a criação de um comitê diretivo ("steering committee"). O mesmo seria responsável pela coordenação de todas as atividades do Pugwash Latinoamericano. Somente seriam consideradas como decisões do Pugwash Latinoamericano aquelas tomadas por este comitê diretivo. (Outras atividades de membros do grupo seriam entendidas como iniciativas pessoais). O comitê diretivo é composto das seguintes pessoas:

1. Ubiratan D'Ambrosio (Brasil): coordenador
  2. Miguel Wionczek (México)
  3. Marcel Roche (Venezuela)
  4. Angel Ruiz-Zuñiga (Costa Rica)
  5. Francisco Lacayo (Nicarágua)
  6. F.C. Calderon (Peru)
  7. E. Rizzo de Oliveira (Brasil)
- Encontros deste comitê poderiam ser realizados durante as atividades do Pugwash Latinoamericano ou do Pugwash Internacional.

5. Foi decidida também a formação de um conselho mais amplo, em um ano, após um período de observação as atividades da

organização e da participação de membros individuais na mesma.

6. Como atividade, foram propostas:
  - a. Uma conferência conjunta das sociedades de física de Argentina (AFA) e Brasil (SBF), promovida pelo Pugwash Latinoamericano, para debater os problemas relativos ao desenvolvimento nuclear dos países e, especificamente, como evitar qualquer passo que possa conduzir ao desenvolvimento de armas nucleares.
  - b. Uma reunião de trabalho ("workshop") sobre o problema da dívida externa da América Latina, a ser realizada no Peru.
  - c. Propor ao Conselho do Pugwash iniciativas concretas para defender o direito de auto-determinação da Nicarágua e deter a intervenção dos EUA nesse país.
7. O grupo decidiu também criar uma "Latin American Pugwash newsletter", publicada em espanhol ou português mas aberta à contribuições em outras línguas. A mesma estaria pautada no molde da "International Pugwash newsletter".



### III. A Crise na América Central

1. O grupo concordou em que o problema mais grave em América Central é a crescente pressão econômica e militar sobre a Nicarágua. Isso foi considerado, em primeiro lugar, uma violação do princípio que estabelece o direito inalienável dos povos e dos estados de determinarem os seus próprios destinos. Em segundo lugar, essa política dos EUA tem sérios efeitos na busca da paz em toda a região. Em terceiro lugar, um conflito crescente na área carrega o risco significativo de uma escalada que leve a um confronto direto entre os EUA e a URSS. Esta política é resultante de um erro básico na concepção dos EUA que vê o conflito na América Central como um problema Leste-Oeste. O caráter da contradição básica na região é Norte-Sul, produto da resistência local, em sua situação histórica que muda rapidamente, aos esforços dos EUA por manterem a sua dominação na região.
2. O perigo mais iminente é, na visão do grupo, o uso da força pelos

EUA para eliminar a revolução nicaraguense. Foi dedicado um tempo considerável à discussão do que o Pugwash poderia fazer face a uma crise tão urgente.

3. O grupo propôs o Pugwash Internacional formasse uma comissão investigadora que fosse à Nicaragua para analisar a situação, usando posteriormente os contatos já estabelecidos do Pugwash para transmitir a sua opinião à administração Reagan e ao público norteamericano.
4. Houve concordância em que o grupo Pugwash Norteamericano tem um papel essencial nos esforços do movimento para evitar uma intervenção dos EUA. Foi proposto que o grupo Norteamericano utilize todos os canais ao seu alcance para levar ao governo e ao povo dos EUA a opinião da comunidade científica sobre a pressão militar contra a Nicarágua.
5. Este esforço deveria ser acompanhado por outros semelhantes realizados pelos Pugwash nacionais dos países aliados dos EUA, no sentido de pressionar aos seus respectivos governos.
6. A questão não estaria restrita aos grupos Pugwash dos países da OTAN. O grupo Pugwash Brasileiro, pela importância do Brasil no contexto latinoamericano, deveria pressionar o seu governo para que mostrasse claramente à administração Reagan a opinião da América Latina e do Brasil sobre a política dos EUA na América Central, devendo procurar o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência nestes esforços.
7. O grupo sugeriu que Pugwash Internacional tentasse a organização de visitas de cientistas do Pugwash à El Salvador e Nicarágua para oferecer a realização de "workshops" em áreas da sua competência.

### IV. O Problema dos Refugiados

O grupo apreciou grandemente o relato detalhado feito por Peter Jarell sobre o problema dos refugiados políticos na América Latina. Foi reconhecido o importante papel das organizações governamentais, em particular o Comitê Intergovernamental das Migrações e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, no tratamento de tão urgente e humanitária questão.

### V. A Rede Pugwash

O grupo prestou bastante atenção à identificação daquelas pessoas na América Latina potencialmente interessadas em colaborar nos esforços do Pugwash Latinoamericano na área de Controle das Crises."